



O PROGRAMA MAIS EDUCAÇÃO/MEC: A BUSCA DA EDUCAÇÃO INTEGRAL PARA FORMAÇÃO ESCOLAR

Setembro/2013

Eixo temático: Políticas Públicas e Reformas Educacionais e Curriculares

Universidade Federal do Pará

SANTOS, Áurea Andrezza Silva dos ¹

aureassantos@yahoo.com.br

OLIVEIRA, Ney Cristina Monteiro de ²

neycom@ufpa.br

Comunicação Oral. Texto completo.

RESUMO

Este texto trata-se de um recorte de parte do meu projeto de dissertação de mestrado visando apontar que com a precariedade da qualidade do ensino público brasileiro houve a criação do Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE) em 2007 que através de suas ações visa à melhoria desta qualidade. Dentre as ações selecionamos o Programa Mais Educação (PME), cuja meta é a educação integral, implantado nas escolas públicas a partir de 2008. A pesquisa tem como caminhos metodológicos abordagem qualitativa, tendo como técnicas a análise bibliográfica e documental. Torna-se relevante em nossa pesquisa procurar contribuir para a academia e escolas públicas brasileiras sobre a educação integral por ser uma temática pouco explorada e a busca de um entendimento maior sobre a finalidade do Programa.

Palavras-chave: Política Educacional. Educação Integral. Programa Mais Educação.

ABSTRACT

This text is itself a clipping part of my dissertation project aiming to identify it with the precarious quality of public education in Brazil was the creation of the Education Development Plan (EDP) in 2007. Among the actions selected the More Education Program (SMEs), whose goal is comprehensive education, implemented in public schools as of 2008. The research is methodological paths qualitative approach to technical analysis literature and documents. Becomes relevant in our research seek to contribute to the academy and Brazilian public schools on comprehensive education to be a topic little explored and the search for a greater understanding of the purpose of the Program.

Keywords: Educational Policy. Integral Education. More Education Program.

¹Mestra em Educação-Universidade Federal do Pará/UFPA. Especialista em Educação- SEDUC/PA. Membro do Grupo de Estudo Teia da Amazônia de Educação Integral e Cidadania (UFPA).

²Doutora em Educação pela Pontifícia Universidade Católica/PUC. Professora da Graduação e do Programa de Pós Graduação da UFPA.



I- INTRODUÇÃO

A concepção de Educação Integral está presente na educação brasileira com a ampliação do tempo escolar desde décadas de 1920 e 1930, descrita no Manifesto dos Pioneiros de 1932 que teve o apoio de Anísio Teixeira e de outros educadores, explicitando a relevância naquele momento histórico de renovar a educação brasileira, segundo (Godoy, 2012) adotando um modelo de educação que não fosse excludente e buscasse a formação integral do sujeito através da vinculação do trabalho escolar com o meio social que este sujeito pertence.

O debate sobre a Educação Integral retornar a agenda das políticas públicas educacionais no final da primeira década do século XXI, na concepção desta educação o sujeito é integral, não é um ser fragmentado, logo necessita de uma escola que oferta escolarização que tenha uma jornada escolar ampliada, ofertando inúmeras atividades de cultura, esporte, lazer, cidadania, além daquelas que atendem o currículo oficial. Essas atividades se materializam atualmente através do PME que busca essa ampliação com a oferta da concepção de Educação Integral, ou seja, é ampliar o tempo diário dos alunos, tanto crianças, adolescentes e jovens, nas escolas públicas brasileiras.

O objetivo da escola pública é de ofertar aprendizagem de qualidade, garantir que o aluno tenha acesso a conceitos e pressupostos fundamentais, invertendo a lógica da dominação, oriunda da sociedade capitalista, que domina a aquisição de conhecimentos, cultura e novas competências e habilidades; assim oportunizando “aos filhos dos trabalhadores e das camadas pobres e médias tenham, definitivamente os mesmos direitos à cultura ao conhecimento e ao saber”. (CARLINI, 2012, p.444).

Para atingir essa qualidade, há muitos desafios a serem superados, para Moll (2012) um dos grandes desafios a se superado que é a escola dividida por turnos, entendida como única alternativa para o funcionamento da escola pública brasileira. Experiências em países europeus como França e Inglaterra, que já possuem escolas de seis horas diárias; duas ou mais horas em projetos nos mostram ser possível a ampliação da jornada escolar, que requer organizar do espaço físico, currículo e a jornada de trabalho do professor, procurando dar qualidade a este tempo. Assim a Educação Integral dentro de uma escola de tempo integral supera “minguadas quatro horas diárias que caracterizam na escola de turno”. (MOLL, 2012, p.28).



Portanto no governo do Presidente Lula (2002-2010) que visava à melhoria da qualidade do ensino público brasileiro, lançou em 2007, o Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE) do Ministério de Educação (MEC). O PDE propôs 28 ações que, posteriormente, avançaram para 51 ações a serem cumpridas pelos municípios e estados para melhorar a qualidade da educação no país. O PDE apontou múltiplas ações em todos os níveis e modalidades de educação, mais especificamente a Educação Básica, com número maior de ações voltadas para o ensino fundamental. Assim Gadotti (2008) ressalta que o PDE tem grandes possibilidades pra dar certo, pois seu principal foco é a qualidade da aprendizagem da educação brasileira.

Portanto nosso estudo trata da meta que tem como princípio a oferta da Educação Integral, que se expressou por meio do PME, que tem como proposta de ampliar a jornada escolar na perspectiva desta educação, ampliando as possibilidades educativas é permitir que este aluno da escola pública se aproprie do capital cultural³ lhe permitindo qualidade de vida e na admissão a sociedade, pois a influência da origem social implica nos resultados escolares, pois há uma forte relação existente entre desempenho escolar e origem social (classe, etnia, sexo, local de moradia, entre outros).

II- A EDUCAÇÃO INTEGRAL E O PME

Ao mesmo tempo do lançamento do PDE tivemos à promulgação do Decreto nº 6.094, dispondo sobre o “Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação”⁴, que é o alicerce do PDE e o “Compromisso Todos pela Educação”⁵ que é a filosofia que

³Segundo Menezes (2009) emprestado da economia, o termo *capital cultural* tem um papel nodal para o pensamento sociológico de Pierre Bourdieu, cujos estudos acentuaram a dimensão de que a origem social dos alunos se constitui em desigualdades escolares. Em outras palavras, o capital cultural é o que pode designar o sucesso ou o fracasso de cada aluno. Afinal, algumas evidências apontam que as limitações do conceito de capital econômico explicam a ligação entre o nível socioeconômico e os bons resultados educacionais. Isso nos faz considerar que outras formas de capital, como o social e o cultural, contribuem diretamente e interagem com o capital econômico para fortalecer as relações sociais.

⁴ Instituído pelo Decreto 6.094/2007 o plano tem por objetivo conjugar os esforços de União, estados e municípios e família para desenvolverem as diretrizes em suas redes de escolas e nas práticas pedagógicas respeitando as metas do IDEB para assegurar a qualidade da educação básica.

⁵Para Gadotti (2008, p.34) foi lançado em dezembro de 2006 em São Paulo é impulsionado pelo empresariado e pelo Terceiro Setor como Instituto Ayrton Senna, Instituto Gerdau, Fundação Telefônica, Fundação Roberto Marinho, Fundação Itaú Instituto Ethos, Fundação Bradesco, as Organizações Globo, a revista Veja, Unesco, o Banco Mundial, Microsoft visa entre outros objetivos a informar pais e mães e educadores sobre a importância da educação.



baseia o PDE. (GADOTTI, 2008). No 2º art. Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação já está traçado o interesse para a ampliação do tempo escolar como uma das formas de combater a repetência e a recuperação e progressão parcial.

Para Saviani (2009, p.22), “o PDE é a primeira política pública educacional a encarar a questão da qualidade de ensino como prioridade. Mas ele é só o primeiro passo”. Conforme o Ministro da Educação do Governo Lula, Fernando Haddad, o PDE “possui a visão histórica do educador Anísio Teixeira”. (GADOTTI, 2008, p.24). É com esta seriedade de ver a educação que o PME tem a finalidade da universalização da Educação Integral nas escolas públicas brasileiras. Assim a política de Educação Integral construiu-se baseada na análise dos baixos índices de aprendizagem da escola pública atestados pelo Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) que avalia a qualidade do ensino da educação básica referente ao ensino fundamental.

Então,

(...) O Programa Mais Educação foi instituído pela Portaria Interministerial 17/2007 e pelo Decreto Presidencial 7083/2010 e integra as ações do Plano de Desenvolvimento da Educação - PDE, como estratégia do Governo Federal para induzir a ampliação da jornada escolar e organização curricular, na perspectiva da educação integral. (BRASIL, 2007, p.12).

A Portaria Interministerial 17/2007 Brasil (2007) consiste no empenho de vários Ministérios como o Ministério da Educação, Ministério de Cultura, Ministério do Esporte, Ministério do Meio Ambiente, Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome, Ministério da Ciência e Tecnologia, para ser desenvolvida a concepção de Educação Integral através da ampliação de tempos e espaços. Conforme Gadotti (2008, p.68), o que se pretende com as articulações dos Ministérios “é construir uma política de Estado, não uma política de governo”. Percebemos assim que o PME traz uma forte e consolidada articulação entre as áreas da educação, cultura, esporte e assistência social e esta articulação promove a proteção social, buscando a possível melhoria no desempenho escolar de crianças e adolescentes. Isto fica ratificado no parágrafo único do art.1º da Portaria Interministerial 17/2007:



O programa será implementado por meio do apoio à realização, em escolas e outros espaços socioculturais, de ações sócio-educativas no contraturno escolar, incluindo os campos da educação, artes, cultura, esporte, lazer, mobilizando-os para a melhoria do desempenho educacional, ao cultivo de relações entre professores, alunos e suas comunidades, à garantia da proteção social da assistência social e à formação para a cidadania, incluindo perspectivas temáticas dos direitos humanos, consciência ambiental, novas tecnologias, comunicação social, saúde e consciência corporal, segurança alimentar e nutricional, convivência e democracia, compartilhamento comunitário e dinâmicas de redes. (BRASIL, Portaria Interministerial 17/ 2007).

Entendemos que, a Educação Integral poderá tornar a escola pública brasileira mais atrativa; tanto para seu aluno, quanto para seus pais e responsáveis contribuindo na construção do cidadão brasileiro apoiado por outras áreas sociais. Para o Brasil (2007) a expressão “mais educação” reflete o anseio de unir a visão sistêmica de educação e desenvolvimento, ou seja, o sistema educacional unificado, em torno da escola pública.

Conforme o Decreto Presidencial 7083/2010 (BRASIL, 2010), os objetivos do PME exibidos no 3º artigo deste decreto são:

- I- formular política educacional de educação básica em tempo integral;
- II- promover diálogo entre os conteúdos escolares e o saberes locais;
- III -favorecer a convivência ente professores, alunos e suas comunidades;
- IV-disseminar as experiências das escolas que desenvolvem atividades de educação integral.

Percebemos no Decreto acima a valorização dos saberes entre escola e a comunidade local e a menção dos termos Educação Integral e tempo integral. A temática Educação Integral é atrelada a escola de tempo integral e a inúmeras e diversas iniciativas de sua implantação de rica importância preencheram o contexto educacional brasileiro. O que notamos é que as escolas que se denominam de tempo integral ainda caminham para ofertar o que hoje se entende como concepção de Educação Integral, pois apenas realizam extensão de atividades esportivas, artísticas e ou culturais sem relação com o currículo escolar que é necessário para o desenvolvimento da Educação Integral. Estas atividades compõe uma das finalidades do PME conforme o art.2º da Portaria Interministerial 17/2007 (BRASIL, 2007) que deverá atender a todos os alunos:



Art. 2º: O Programa tem por finalidade:

VI - estimular crianças, adolescentes e jovens a manter uma interação efetiva em torno de práticas esportivas educacionais e de lazer, direcionadas ao processo de desenvolvimento humano, da cidadania e da solidariedade. (BRASIL, Portaria Interministerial 17/2007).

Ter a concepção de Educação Integral é repensar e articular principalmente duas variáveis: o tempo e espaço. Tempo no que se refere a sua ampliação durante a jornada escolar; e espaço no que se refere ao território que a escola pertence aos territórios que ela influencia o que permitirá um precioso diálogo com a comunidade local, regional e global. Essa articulação deverá ter como culminância uma organização do currículo com o aumento das disciplinas e com a incorporação de novos espaços como: parques recreativos, laboratórios, auditórios, ou seja, a Educação Integral retoma as ideias de Anísio Teixeira no Manifesto dos Pioneiros em 1932, e compartilha de seus ideais de que a cultura, as artes e os esportes devem constituir-se como componentes do currículo escolar. A questão de tempo e espaço ampliados, bem como a organização de um currículo que vise à formação integral do aluno é elucidada no 6º art. inciso I da Portaria Interministerial 17/2007 (BRASIL, 2007) que é “contemplar a ampliação do tempo e do espaço educativo de suas redes e escolas, pautada pela formação de proteção integral e emancipadora”.

Para isso, o PME é de suma relevância para o âmbito escolar, pois:

é a conquista efetiva da escolaridade dos estudantes, através da ampliação de experiências educadoras, as práticas realizadas além do horário escolar precisam estar sintonizadas com o currículo e os desafios acadêmicos. (...) Espera-se, assim, colaborar para a elaboração de um paradigma de educação integral que reúna diversas áreas, experiências e saberes. (BRASIL, 2009a, p. 56).

A Educação Integral já foi proposta como política de governo no Brasil, ligada estritamente à responsabilidade dos sistemas de ensino. Assim, foram propostas e implementadas, escolas de tempo integral como as escolas-parque (1954) desenvolvida por Anísio Teixeira na Bahia, os Centros Integrados de Educação Pública (CIEPs) (1986) e os Centros Integrados de Apoio à Criança (CIACs) (1990).



Para Moll (2012) desde 2008 o PME chegaria a 1.380 escolas públicas brasileiras permitindo o desenvolvimento integral de crianças e adolescentes e que acontece por meio de situações de aprendizagem que oportunizam, simultaneamente, a ampliação de capacidade para a convivência e participação na vida pública. A Educação Integral então corrobora a territorialização das políticas sociais, tendo como base os espaços escolares e seu forte diálogo com suas comunidades locais, logo a Educação Integral é aliada a políticas públicas efetivas de inclusão social e de proteção social, segundo BRASIL (2009c, p.11 apud HENRIQUES, 2001).

É importante assumir que a situação de vulnerabilidade e risco social, embora não seja determinante, pode contribuir para o baixo rendimento escolar, para a defasagem idade/série e, em última instância, para a reprovação e a evasão escolares. Há estudos que permitem identificar forte correlação entre situação de pobreza, distorção idade/série e dificuldades para a permanência na escola, violência e risco social, o que acaba contribuindo para a perpetuação de ciclos intergeracionais de pobreza. (HENRIQUES, 2001).

Verificamos que ofertar maior número de vagas no ensino público não é argumento suficiente para a melhoria da educação brasileira. Tornam-se imprescindível que se evite a descontinuidade de políticas públicas para a educação. Eis a relevância da Educação Integral, pois:

O direito à educação de qualidade é um elemento fundamental para a ampliação e para a garantia dos demais direitos humanos e sociais, e condição para a própria democracia, e a escola pública universal materializa esse direito. Considerando-se a complexidade e a urgência das demandas sociais que dialogam com os processos escolares, o desafio que está posto, na perspectiva da atenção integral e da Educação Integral, é o da articulação dos processos escolares com outras políticas sociais, outros profissionais e equipamentos públicos, na perspectiva de garantir o sucesso escolar. (BRASIL, 2009c. p.15).

Entretanto, tal tarefa não é fácil de ser efetivada, devidas salas de aula superlotadas nas escolas públicas brasileiras e infinitas turmas que um professor precisa ter para melhorar o seu salário. (PARO, 2010).

Sobre o caminho da Educação Integral a pesquisa realizada em 2007 pelo MEC, que originou o Relatório Final/ MEC (2008), nos indica que referente a todas as regiões brasileiras (Norte, Nordeste, Centro- Oeste, Sudeste e Sul) a pesquisa

identificou que a Região Sul e Sudeste possui mais experiências de jornada escolar ampliada:

(...) em relação aos municípios respondentes de cada estado que evidenciaram vir desenvolvendo experiências de jornada escolar ampliada: de um lado, os maiores percentuais associados aos estados do Rio de Janeiro (53,1%), Ceará (41,5%), Minas Gerais (39,6%), Santa Catarina (34,6%), São Paulo (33,2%) e Pernambuco (31,2%) e, de outro, as menores percentagens relacionadas aos estados do Amazonas (2,5%), Pará (4,2%), Tocantins (4,9%) e Sergipe (8,3%). Os estados do Amapá, Roraima, Rondônia e Acre, embora com índices significativos de municípios respondentes, não evidenciaram vir desenvolvendo experiências de jornada escolar ampliada. Vale destacar ainda que a região Sudeste apresenta o maior percentual de municípios respondentes com experiências de jornada ampliada escolar no país. (BRASIL, 2008, p.16).

No Estado do Pará percebemos através desta pesquisa “Educação integral/ educação integrada e (m) tempo integral: concepções e práticas na educação brasileira” que, em 2008 antes da implementação do PME, o Estado do Pará tinha um número inexpressivo de municípios que tinham experiências com jornada escolar ampliada em curso eram apenas 2 (dois) municípios no universo de 143 (cento e quarenta e três) que possui o Estado do Pará conforme apresenta a Tabela 1. Segundo Brasil (2008) sobre as experiências de jornada escolar ampliada a região Norte apresenta o menor número de municípios com experiência nesta área a segunda menor região é o Centro-Oeste que possui 35 municípios com experiência, contudo correspondente a 13% dos municípios do Brasil conforme apresenta a Tabela 1 abaixo:

Tabela 1: Municípios respondentes com experiências de jornada escolar ampliada, segundo os estados da região Norte, 2008

Estados	número de municípios	Municípios com experiências	
		n.	%
TO	139	4	4,9
PA	143	2	4,2
AM	62	1	2,5
AC	22	-	-
AP	16	-	-
RO	52	-	-
RR	15	-	-
Total	449	7	3,1

Fonte: Relatório Final-MEC (2008) /Mapeamento das experiências de jornadas escolar ampliada no Brasil.



Em 2008, o PME chegou até a rede pública de ensino estadual do Estado do Pará, onde se levou em consideração também a regionalização no processo de aprendizagem. Foi o que podemos perceber nas experiências educacionais realizadas no município de Santarém do estado do Pará que ampliou tempos e espaços para as atividades estimando o contexto regional amazônico a partir do momento da valorização dos saberes dos povos dos rios e florestas e a integração dos mesmos com os saberes dos povos da cidade, assim:

A experiência educacional no município, desenvolvida nos últimos cinco anos, resgata valores de vida dos povos na Amazônia, abrindo espaço para a difusão das danças locais, da culinária, da arte, das brincadeiras, das histórias, da linguagem, do jeito de viver da gente desse lugar. Todas essas manifestações são consideradas conhecimentos importantes na formação cidadã dos alunos e na prática pedagógica dos educadores. (PINHEIRO; RODRIGUES, 2012, p. 434).

Notamos acima nesta experiência do município de Santarém no Pará, como a Educação Integral pode contribuir na relação do espaço escolar com a comunidade local e o fortalecimento da regionalização daquele local.

III- O PME: passos de sua execução

A escola estadual para ter o PME precisa preencher e enviar a Secretaria de Educação Estadual o termo de adesão e compromisso e o posteriormente preencher no Sistema Integrado do Ministério da Educação (SIMEC) na internet, seu plano de atividades e alunos atendidos. Para o ano de 2012, há alguns critérios de seleção para que a escola participe do Programa como aquelas contempladas com PDDE/Integral no ano de 2008, 2009, 2010 e 2011; com baixo IDEB; escolas com índices igual ou superior a 50% de estudantes participantes do Programa Bolsa Família entre outros. (BRASIL, 2012).

A Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (SECAD), em parceria com a Secretaria de Educação Básica (SEB), são as responsáveis por operacionalizar o PME tendo como executor financeiro o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), que por meio do PDDE distribui os recursos

financeiros para as escolas para a execução do PME, financiando o material das atividades bem como o ressarcimento do trabalho efetuado pelo o monitor que desenvolve as atividades. Assim os macrocampos e suas atividades são escolhidos pela direção da escola para funcionarem no contraturno. Segundo BRASIL (2010), são os macrocampos e conseqüentemente suas atividades:

- **ACOMPANHAMENTO PEDAGÓGICO:** matemática, letramento, ciências, história, geografia, línguas estrangeiras, filosofia e sociologia;
- **MEIO AMBIENTE:** Agenda 21 na escola/ com-vida, horta escolar e/ou comunitária;
- **ESPORTE E LAZER:** recreação e lazer, voleibol, basquete, basquete de rua, futebol, futsal, handebol, tênis de mesa, judô, caratê, tae-kwon-do, ioga, natação, xadrez tradicional, atletismo, ginástica rítmica, corrida de orientação ciclismo, tênis de campo e o Programa Segundo Tempo;
- **DIREITOS HUMANOS EM EDUCAÇÃO:** direitos humanos no ambiente escolar;
- **CULTURA E ARTES:** leitura, banda de fanfarra, canto-coral, hip-hop, danças, teatro, pintura, grafite, desenho, escultura, percussão, capoeira, iniciação musical por meio da flauta doce, cine clube, práticas circenses mosaico;
- **INCLUSÃO DIGITAL:** software educacional, informática e tecnologia da informação, ambientes de rede sociais;
- **PREVENÇÃO E PROMOÇÃO DA SAÚDE:** atividades de prevenção e promoção da saúde;
- **COMUNICAÇÃO E O USO DAS MÍDIAS:**, jornal escolar, rádio escolar, histórias em quadrinhos, fotografia e vídeo;
- **EDUCAÇÃO CIENTÍFICA:** laboratórios e projetos científicos;
- **EDUCAÇÃO ECONÔMICA E CIDADANIA:** atividades de execução econômica.

Todavia, os macrocampos e atividades passaram por pequenas mudanças desde 2009, algumas permaneceram e outras foram incluídas. Logo, conforme BRASIL (2012):

- **ACOMPANHAMENTO PEDAGÓGICO:** (Obrigatória pelo menos uma atividade) Ciências, História e Geografia, Letramento/Alfabetização, Línguas Estrangeiras, Matemática, Tecnologias Educacionais;
- **EDUCAÇÃO AMBIENTAL E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL:** Educação Ambiental e Desenvolvimento Sustentável, Tecnologias Educacionais;



- ESPORTE E LAZER: Atletismo, Basquete de Rua, Basquete, Corrida de Orientação, Futebol, Futsal, Ginástica Rítmica, Handebol, Judô, Karatê, Natação, Recreação e Lazer/Brinquedoteca, Taekwondo, Tênis de Campo, Tênis de Mesa, Voleibol, Xadrez Tradicional, Xadrez Virtual, Yoga/Meditação, Tecnologias Educacionais;
- EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS: Educação em Direitos Humanos, Tecnologias Educacionais;
- CULTURA, ARTES E EDUCAÇÃO PATRIMONIAL: Artesanato Popular, Banda Fanfara, Canto Coral, Capoeira, Cineclube, Danças, Desenho, Educação Patrimonial, Ensino Coletivo de Cordas, Escultura, Iniciação Musical por meio da Flauta Doce, Grafite, Hip-Hop, Leitura e Produção Textual, Mosaico, Percussão, Pintura, Práticas Circenses, Teatro, Tecnologias Educacionais;
- CULTURA DIGITAL: Ambiente de Redes Sociais, Tecnologias Educacionais;
- PROMOÇÃO DA SAÚDE: Promoção da Saúde e Prevenção de Doenças e Agravos, Tecnologias Educacionais;
- COMUNICAÇÃO E USO DE MÍDIAS: Fotografia, Histórias em Quadrinhos, Jornal Escolar, Rádio Escolar, Vídeo, Tecnologias Educacionais;
- INVESTIGAÇÃO NO CAMPO DAS CIÊNCIAS DA NATUREZA: Laboratórios, Feiras e Projetos Científicos, Robótica Educacional; Tecnologias Educacionais;
- EDUCAÇÃO ECONÔMICA/ ECONOMIA CRIATIVA: Educação Econômica/ Economia Criativa, Tecnologias Educacionais.

Segundo BRASIL (2010), o macrocampo *acompanhamento pedagógico* compreende a matemática e letramento são sempre obrigatórias na composição de atividades do planejamento de qualquer escola.

O público alvo do PME na escola é uma pequena parcela de alunos: apenas os considerados em situação de risco, e, além disso, que possuam problemas de aprendizagem e defasagem de idade. Verificamos que o programa não é visto como um direito de todos os alunos da escola fortalecendo o processo excludente na escola. Contudo, cada escola implementa o PME de acordo com sua realidade. As turmas deverão ser formadas com no mínimo 20 alunos e no máximo 30 alunos, podendo haver sempre que possível, a mescla de alunos de diferentes idades e séries.

As atividades do PME serão coordenadas por um professor da escola e desenvolvidas por monitores, que são estudantes universitários com formação específica nas áreas de desenvolvimento, educadores populares e agentes culturais como

estudantes Educação de Jovens e Adultos (EJA) e do ensino médio, que serão os responsáveis por conduzir os macrocampos. (BRASIL, 2010). Para (Brasil, 2012) este trabalho realizado deverá ser considerado de natureza voluntária na forma definida pela Lei n. 9.608 de 18 de fevereiro de 1998, logo o valor do ressarcimento é de acordo com o número turmas formada que varia de R\$60,00 (uma turma) a R\$ 300,00 (cinco turmas) custeando despesas com alimentação e transporte, mensalmente.

As atividades e o custeio do material necessário são financiados, de acordo com o número de estudante atendido pelo PME, conforme a tabela abaixo:

Tabela 2: Valor do repasse financeiro de acordo com a quantidade de estudantes inscritos no Programa Mais Educação

Quantidade de estudantes	Recursos mensais - R\$	Total (R\$)
Até 500 estudantes	500,00	5.000,00
De 501 a 1000 estudantes	1.000,00	10.000,00
Mais de 1001 estudantes	1.500,00	15.000,00

Fonte: BRASIL, 2010.

Verificamos através dessa Tabela 2 que o recurso financeiro mensal, repassado as escolas públicas é insuficiente para a escola desenvolver suas atividades com a qualidade esperada, pois percebemos que para cada aluno o valor repassado por mês é apenas R\$1,00 e R\$10,00 durante os 10 (dez) meses do funcionamento do PME, que é investido nas atividades realizadas na escola. Todavia identificamos uma disparidade de valores financeiros no que se refere à aquisição de materiais como os kits de materiais que serão utilizados nas atividades dos macrocampos selecionados e contratações de serviços que atendam o PME, pois, percebemos na Tabela 4, o valor financeiro repassado para a compra de materiais é maior do que aquele destinado para o aluno. Ressaltamos que se entende por custeio e capital a aquisição dos kits pedagógicos, materiais permanentes e contratação de serviços e aquisição de materiais de consumo. Os kits poderão ser adquiridos pelo recurso financeiro enviado as escolas pelo FNDE ou o material que é enviado às escolas também pelo FNDE. (BRASIL, 2010).

Este valor repassado para as escolas públicas é para o financiamento das atividades, dos macrocampos selecionados pelas unidades escolares, por um período de dez (10) meses, não havendo outro recurso financeiro para a substituição de material desgastado. Os valores para essa compra podem ser visto na tabela abaixo.

Tabela 3: Valor do repasse financeiro de acordo com a quantidade de estudantes inscritos no Programa Mais Educação para compra de materiais e contratação de serviços

Número de alunos	Valor do repasse para despesas de custeio (R\$)	Valor do repasse para despesas de capital (R\$)	Valor Total por escola (R\$)
Até 500 estudantes	18.000,00	2.000,00	20.000,00
De 501 a 1000 estudantes	18.500,00	2.500,00	21.000,00
Mais de 1001 estudantes	19.000,00	3.000	22.000,00

Fonte: Resolução n. 30 de 03 de agosto de 2012.MEC/2010. Brasília: MEC/SECAD.

Sobre a alimentação, (BRASIL, 2010) ela é garantida ao aluno que permanecerá por mais tempo na escola, contudo se refere a envio de gêneros alimentícios as Unidades Executoras, não deixando claro, a oferta de almoço por parte do PME.

IV- METODOLOGIA

Para entender esse campo conflituoso de realização das políticas públicas educacionais que é a escola, utilizamos a abordagem qualitativa, pois para Gamboa (2009, p.43) o objetivo da pesquisa qualitativa “é está mais preocupada com a compreensão (*verstehen*) ou interpretação do fenômeno social (...). O pesquisador precisa tentar compreender o significado que os outros dão às suas próprias situações.”.

Fizemos uma análise bibliográfica, uma revisão da literatura existente sobre a Educação Integral e o PME nas produções do meio acadêmico e entre autores que tratam da temática, ou seja, depreender como a produção acadêmica brasileira vem abordando tal temática. Assim nos detivemos o estudo a um período compreendido dos Manifestos dos Pioneiros em 1932 que já anunciava através “das forças vivas da sociedade” que poderiam colaborar para que as novas gerações pudessem adquirir conjunto de saberes e valores, até o período de nossa atualidade. O corpus dessa análise irá abranger livros, artigos, periódicos do período do Manifesto dos Pioneiros de 1932 a contemporaneidade.

Entendemos que a análise bibliográfica é aquela que tem por objetivos analisar as literaturas que estão sendo utilizadas em trabalhos que abrangem a temática da educação integral bem como das políticas públicas. Segundo Lakatos e Marconi (1999,



p. 73 apud Monzo, 1971, p. 32), “a bibliografia pertinente oferece meios para definir, resolver, não somente problemas já conhecidos, como também explorar novas ideias onde os problemas não se atualizaram totalmente”.

Foi realizada também a análise documental que se caracteriza como uma fonte de coleta de dados restrita a documentos, escritos ou não, constituindo o que se denomina de fontes primárias (LAKATOS; MARCONI, 1991). Para ter acesso às informações que norteiam as políticas públicas educacionais da Educação Integral bem como o PME buscaremos analisar os seguintes documentos: PDE; Decreto n. 6.094, de 24 de abril de 1997 (Plano de Metas Compromissos todos pela Educação); Portaria Interministerial 17/2007 e o Decreto Presidencial 7083-2010 que institui legalmente o PME e o integra ao PDE.

V- APROXIMAÇÕES CONCLUSIVAS

Conforme Moll (2012) o PME tem a preocupação em ampliar a jornada escolar em sete horas diárias, o que resultaria na necessária modificação da rotina da escola. Ampliar o tempo é procurar com que o aluno permaneça mais tempo na escola buscando garantir aprendizagens através de um novo modo de reorganizar os tempos, espaços e a logística que se desenvolve o processo escolar, tendo também como preocupação a alimentação deste aluno.

Para a concretização disso no espaço escolar, há desafios a serem enfrentados, pois o programa chega a escolas onde o espaço físico é o primeiro obstáculo para seu desenvolvimento, além de professores que ainda precisam procurar superar o antigo modelo educacional de tempo reduzido, por isso a formação continuada para professores e demais profissionais da escola são fundamentais para o acolhimento deste programa na escola bem como em assegurar a permanência de alunos ofertando assim uma Educação Integral de qualidade. Logo, serão focalizados alguns desafios para o PME no espaço escolar como a organização curricular visando à relação com o saber no espaço de aprendizagem; a elaboração do Projeto Político Pedagógico, prevendo o planejamento das atividades da escola envolvendo todos; a democratização da Gestão, buscando potencializar a participação dos seguintes órgãos conselhos escolares, grêmios, associações, grupos constituídos na comunidade.



Eis a relevância da articulação deste Programa com outras políticas sociais não reduzindo o PME a contribuir apenas a área educacional, esta articulação é na busca da melhoria da qualidade do ensino brasileiro que através da Educação Integral amplia tempos e espaços através do apoio das atividades socioeducativas.

Entendemos assim que o PME para promover a Educação Integral propõe a articulação de políticas sociais para favorecer suas ações socioeducativas, que serão materializadas através das seguintes orientações como respeitando a ampliação do tempo e espaço para desenvolver com maior qualidade as atividades do PME e por último integrar suas diretrizes ao projeto político pedagógico das redes de ensino estaduais e municipais além das escolas que adquiram o mesmo.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Portaria Interministerial n. 17**, de 24/04/2007. Institui o Programa Mais Educação, que visa fomentar a educação integral de crianças, adolescentes e jovens, por meio do apoio a atividades sócio-educativas no contraturno escolar. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=14887&Itemid=817. Acesso em: 10 out.2010.

_____. **Tendências para Educação Integral**. 2007. Desenvolvida pelo Cenpec. Cita experiências de vários estados brasileiros. Disponível em: <http://www.direitosdacrianca.org.br/midioteca/publicacoes/tendencias-para-educacao-integral>. Acesso em: 22 jan.2012.

_____. Ministério da Educação. **Educação integral/ educação integrada e(m) tempo integral**: concepções e práticas na educação brasileira. Mapeamento das experiências de jornada escolar ampliada no Brasil. Brasília: MEC/SECAD, 2009a.

_____. **Rede de saberes mais educação**: pressupostos para projetos pedagógicos de educação integral: caderno para professores e diretores de escolas. Brasília: MEC/SECAD, 2009b.

_____. **Educação integral**: texto referência para o debate nacional. Brasília: MEC/SECAD, 2009c.

_____. **Programa Mais Educação**: Gestão Intersetorial no Território. Brasília: MEC/SECAD, 2009d.

_____. **Relatório Final da Educação integral/ educação integrada e(m) tempo integral**: concepções e práticas na educação brasileira: mapeamento das experiências de jornada escolar ampliada no Brasil. Brasília/MEC 2009e. Disponível em: portal.mec.gov.br Acesso em: 12 jun. 2012.



_____. **Decreto Presidencial n. 7.083**, de 27/01/2010. Dispõe sobre o Programa Mais Educação, Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2007-2010/2010/decreto/d7083.htm. Acesso em: 10 out.2010.

_____. **Manual de Educação Integral para obtenção de apoio financeiro através do Programa Dinheiro Direto na Escola - PDDE-MEC/2010**. Brasília: MEC/SECAD, 2010.

_____. **Manual Operacional de Educação Integral**. Brasília: MEC/SECAD, 2012.

CARLINI, Herb. A construção dos centros integrados em Americana e Santa Bárbara D'Oeste (SP). In: MOLL, Jaqueline, et al. (Orgs.). **Caminhos da educação integral no Brasil: direito a outros tempos e espaços educativos**. Porto Alegre: Penso, 2012.

GADOTTI, Moacir. **Convocados, uma vez mais: ruptura continuidade e desafios do PDE**. São Paulo: Instituto Paulo Freire, 2008.

GAMBOA. Sílvia Sánchez. SANTOS. José Camilo dos. **Pesquisa Educacional: quantidade e qualidade**. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2009.

GODOY, Claudia M.O. **Programa Mais Educação: mais do mesmo? Um estudo sobre a efetividade do Programa na rede pública municipal de São Luís do Maranhão**. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-graduação da Universidade Católica de Brasília, 2012.

Disponível em: <http://repositorio.ucb.br/jspui/bitstream/10869/892/1/Claudia%20Marcia%20de%20Oliveira%20Godoy.pdf>. Acesso em: 12 jun.2012.

LAKATOS, Eva Maria, MARCONI, Marina de Andrade. Técnicas de pesquisa. In: LAKATOS, E.M.; MARCONI, M.A. **Fundamentos de Metodologia Científica**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1991.

MENEZES, Raquel. A importância do capital cultural de Bourdieu. **Educação Pública** CECIERJ, 13 jan.2009.

Disponível em: <http://www.educacaopublica.rj.gov.br/biblioteca/educacao/0204.html>. Acesso em: 09 ago.2012.

MOLL, Jaqueline. A agenda da educação integral: compromissos para sua consolidação como política pública. In: MOLL, Jaqueline et al. (Orgs.). **Caminhos da educação integral no Brasil: direito a outros tempos e espaços educativos**. Porto Alegre: Penso, 2012.

PARO, Vitor Henrique. **Educação como exercício do poder: crítica ao senso comum em educação**. 2.ed. São Paulo: Cortez, 2010.



XI Encontro de Pesquisadores do Programa de Pós-Graduação em Educação: Currículo

Currículo: tempos, espaços e contextos

29 e 30 de outubro de 2013



PINHEIRO, Lucineide. RODRIGUES, Rosa Luciana Pereira. **A experiência de rede municipal de ensino de Santarém (PA)**. In: MOLL, Jaqueline, et al. (Orgs.). **Caminhos da educação integral no Brasil: direito a outros tempos e espaços educativos**. Porto Alegre: Penso, 2012.

SAVIANI, Dermeval. PDE- **Plano de Desenvolvimento da Educação**: análise crítica da política do MEC. Campinas, São Paulo: Autores Associados, 2009.